



Servidores da Ufal param por data-base

Sintufal organiza manifestação em frente ao Fórum da Justiça Federal para pressionar STF; atos serão realizados em todo o país

CARLOS AMARAL
REPÓRTER

Os servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) vão cruzar os braços nesta terça e quarta-feira (19 e 20). O motivo: pressionar o Supremo Tribunal Federal (STF) a julgar favoravelmente uma ação que pode lhes garantir uma data-base. A ação tramita na Corte ao menos desde 2014, quando o ministro Dias Toffoli pediu vistas ao processo.

Segundo Davi Fonseca, coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Alagoas (Sintufal), a paralisação se dará em todo o país.

“Serão dois dias de paralisação nacional para assegurar a data-base para o funcionalismo público, que está previsto na Constituição, mas nunca foi posto em prática porque não tem lei ordinária para regulamentar. Isso é uma pauta histórica que tem sido rejeitada governo após governo”, comenta Davi Fonseca.

Como uma das atividades

da paralisação, o Sintufal organiza um ato em frente ao Fórum da Justiça Federal, no bairro da Serraria, na parte alta de Maceió, a partir das 14h na quarta-feira 20.

“Em todos os estados, serão realizados atos semelhantes a esse, e também em frente aos fóruns federais”, explica o coordenador-geral do Sintufal.

O processo, que tramita no STF, teve origem em São Paulo, quando servidores do parlamento paulista acionaram a Justiça para terem sua data-base. O caso gera repercussão em todas as categorias do funcionalismo público.

“Várias entidades, a exemplo da Fasubra [Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras] entraram na ação como ‘amicus curiae’”, destaca Davi Fonseca.

EMENDA 95

Além da pressão por sua data-base, os servidores públicos também querem pressionar o Poder Judiciário pela revogação da Emenda Constitucional 95/2016, conhecida como a lei do “teto

dos gastos”.

A Emenda Constitucional 95 congela os investimentos públicos, em todas as áreas, por 20 anos. O único reajuste possível será o índice inflacionário.

Diversas entidades do funcionalismo público, além de economistas, questionam a medida sob argumento de que ela inviabiliza o Estado e pode paralisar diversos serviços públicos, como atendimentos médicos e educação.

Para o Governo Federal, essa medida foi necessária para equilibrar as contas públicas. Contudo, não há parâmetro no planeta de contenção de investimento como a Emenda 95.

“Entendemos que essa emenda é contrassenso para o serviço público no Brasil. A gente já acumula em perda inflacionária em nossos salários em 25,63%. Mas não só do ponto de vista salarial, como também dos investimentos que o serviço público requer, a exemplo de escolas e hospitais, essa emenda inviabiliza o orçamento público e a atuação governamental”, afirma Davi Fonseca.



SANDRO LIMA

Davi Fonseca contesta emenda colocada em prática pelo governo

EDUCAÇÃO Categoria rejeita proposta de 4% em Maribondo

DAVI SALSA
SUCURSAL ARAPIRACA

Os professores da rede municipal de Maribondo realizaram, na segunda-feira (18), no auditório da Câmara de Vereadores, uma assembleia geral da categoria para avaliar a proposta de 4% de reajuste salarial apresentada pela Secretaria de Educação.

No último dia 11 deste mês, os educadores fizeram uma greve de advertência para cobrar da Prefeitura de Maribondo a reposição de 20%.

Na semana passada, a gestão alegou que aguardava um estudo técnico para poder discutir e liberar o reajuste salarial dos professores. Após essa análise, o governo municipal disse que só poderia conceder 4% de reposição.

A data-base da categoria